

# O pensamento proto-nacionalizante de Fernando Oliveira e António Vieira fundamentos sacralizantes da ideografia da nação portuguesa

---

*«A escrita da história assume também uma dimensão profética e entra ao serviço da afirmação de uma consciência nacionalizante; e, através de uma hermenêutica inteligentemente orientada, os escritores/cartógrafos da nacionalidade formulam as suas críticas em relação ao presente e advertem os contemporâneos, em tom profético, em relação aos riscos do futuro. Mas esta nostalgia não se fecha em si própria. Transforma-se em instrumento de combate, de crítica, abrindo para o sentido da esperança no seu intento de desvelamento e antecipação teleológica.»*

**José Eduardo Franco**  
CLEPUL  
– Faculdade de Letras  
da Universidade de Lisboa

---

*«Portugal é um país bíblico.»*

D. MANUEL CLEMENTE

*«A história passa, os mitos têm longa vida, mas é na História que se enraizam.»*

EDUARDO LOURENÇO

*«Uma nação só pode ser, pagando o preço de se procurar a si mesma (...), identificando-se com o melhor e o essencial de si própria.»*

FERNAND BRAUDEL

---

## Considerações preliminares

---

Com este artigo pretendemos explicar, problematizar e analisar o contributo decisivo de dois autores da Cultura Portuguesa para aquilo que definimos como sendo o estabelecimento das quatro dimensões mitificantes, que estão na base da formação do mito maior de Portugal.

No período cultural que caracterizamos como o da construção da ideia de proto-nacionalidade, que precede a consolidação da ideia de nação portuguesa, articulada com a afirmação do Estado-Nação nos séculos XVIII e XIX, o humanista Fernando Oliveira (c.1507-c.1582) e o pregador barroco António Vieira (1608-1697) deram sustentação a uma reflexão paradigmática para afirmar uma espécie de cânone mítico nacionalizante de Portugal.

Este cânone mítico estabelece-se em torno da idealização das origens de Portugal enquanto povo e enquanto

reino fundados em direito divino; em torno de uma narrativa exaltante da sua missão histórica realizada através pela participação épica no movimento de reconquista cristã e nas viagens de exploração e expansão marítima; em torno da afirmação de uma idade áurea portuguesa; e em torno da perspetivação teleológica de uma destinação em ordem à realização plena da missão, vista como estando inconclusa ou incumprida, do povo português, tal como teria sido definida desde as suas origens mitificadas e firmadas na vontade deliberativa de Deus.

---

## *H*istoriografia e a ideia de nação

---

A mitificação das origens primeiras e dos futuros últimos de um povo, de uma nação ou mesmo de uma instituição resulta de um fito de engrandecimento e de legitimação da realidade fenoménica que se descreve num processo de construção de memória histórica.

É especialmente a partir do século XVI que se desenvolve uma espécie de *mercado europeu* dos imaginários nacionais ou das mitologias nacionais, utilizando fundamentos e materiais do horizonte religioso cristão. Estamos no momento por excelência da formação genesiaca do mito das nações europeias. Entendemos nós aqui por mito como sendo um discurso sedutor que pretende, no quadro de uma coerência trans-racional e dentro de uma certa lógica, oferecer sentido para fenómenos, acontecimentos e criações da história, estabelecendo um paradigma único de interpretação.

A partir desta literatura histórica pode-se escarpelizar e distinguir uma tipologia dos mitos das origens e dos futuros das nações que, nessa época, foram delineados com grande envergadura nos círculos culturais da maioria dos países europeus, de que se conhece exemplos comparativamente interessantes, particularmente na Espanha, na França, na Polónia e na Rússia, entre outros<sup>1</sup>.

Os estados e os reinos recentes ganham, no dealbar da modernidade, a consciência e a convicção de que têm uma origem muito antiga, inscrita nos primórdios da humanidade. Assim sendo, configuram uma idade de ouro que distingue em excelência a primeira idade das nações. Neste processo estabelecesse-se uma dicotomia entre esse passado fulgurante e a história atual. Essa dicotomia é demarcada pelo otimismo que caracteriza a visão das origens e o pessimismo (ou grande preocupação) em face da avaliação das condições do presente. E em todas essas obras historiográficas dos diversos países a exploração do tema das origens é orientado para fins políticos mais ou menos imediatos<sup>2</sup>.

No entanto, este processo de construção mítica é indissociável da relação direta com a atualidade histórico-política. Neste sentido, Claude-Gilbert Dubois, escrevendo sobre a problemática dos mitos das origens considera que “a génese do mito não pode ser dissociada do terreno histórico sobre o qual ele se apoia. Estas crenças assumem o aspeto de alegorias, cujo sentido é determinado pela conjuntura histórica; é uma

---

<sup>1</sup> Cf. Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2005; e Henry Kamen, *Del Imperio a la decadência: Los mitos que forjaron da España Moderna*, Madrid, Temas de hoy, 2006,

<sup>2</sup> Cf. Hinnerk Bruhns e André Burguère (Org.), *Historiographies et représentations nationales en Europe* (Table Ronde Internationale, 19 de junho de 2000), Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales - Textos Policopiados, 2000.

maneira de exprimir reivindicações que pertencem a um tempo preciso e a aspirações em relação direta com a atualidade histórica”<sup>3</sup>.

A consciência da fragilidade das condições presentes em termos de identidade e de salvaguarda da integridade da comunidade política, no fundo o pressentir ou mesmo o verificar o perigo iminente de quebrantamento ou mesmo da ruína suscitam este processo de mitificação de um passado genesíaco<sup>4</sup>.

E por essa via intenta-se intervir de algum modo no presente e mesmo condicionar a destinação histórica futura. A propósito da eficácia presente que se procura nas construções do passado, Lucien Febvre afirma nos seus *Combates pela História*: “Organizar o passado em função do presente: é aquilo a que poderíamos chamar a função social da história”<sup>5</sup>.

À luz deste escopo, os historiadores-ideógrafos da nacionalidade, como será o caso emblemático de Fernando Oliveira, adaptam a verdade histórica de forma a forjar uma espécie de história-parecer, uma história de combate, de tomada de posição projetada no terreno do passado. Tudo isto é feito geralmente de forma mais ou menos implícita. Esta mensagem implícita pode ser lida nas entrelinhas, na forma como a narrativa é organizada e nas escolhas feitas em termos de etapas temporais e configurações geográficas, de acontecimentos, de factos, de figuras e das apreciações do historiador integradoras de todos esses elementos numa totalidade de sentido orientada ideologicamente para inculcar uma determinada visão do passado e uma esperança no futuro.

Este tipo de discurso nacionalizante que reconfigura materiais provindos da história empreendem a construção do passado dos reinos até aos tempos coevos para sustentar uma ideia de pátria, de povo, de reino e de realeza que coloca disciplinas como a Teologia e o Direito ao serviço da História, e a História ao serviço da política. O seu ideal nobilitante do passado nacional instrumentalizava a história na disputa ideológico-nacionalizante da primazia desses reinos em relação aos outros seus pares do macro-espço continental europeu.

A escrita da história assume também uma dimensão profética e entra ao serviço da afirmação de uma consciência nacionalizante; e através de uma hermenêutica inteligentemente orientada, os escritores/cartógrafos da nacionalidade formulam as suas críticas em relação ao presente e advertem os contemporâneos, em tom profético, em relação aos riscos do futuro. Mas esta nostalgia não se fecha em si própria. Transforma-se em instrumento de combate, de crítica, abrindo para o sentido da esperança no seu intento de desvelamento e antecipação teleológica.

Boa parte dos discursos dos homens de cultura e de ciência da época moderna assumem, pois, uma dimensão teleológica enquanto fundamentadores das correntes profético-nacionalizantes que então se afirmam e os constituem tecelões da consciência nacional.

Com efeito, o ser humano quer na sua existência individual quer coletiva precisa, de facto, tanto de sonho como de pão para viver, para ousar ir mais longe e elevar a vida acima do suor quotidiano. O profetismo oferece ao sequioso universo onírico do

<sup>3</sup> Claude-Gilbert Dubois, *Celtes et Gaulois au XVI<sup>e</sup> siècle. Le développement littéraire d'un mythe nationaliste, avec l'édition critique d'un traité inédit de Guillaume Postel de ce qui est premier pour reformer le monde*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1972, p. 18.

<sup>4</sup> Cf. Manuel Clemente, *Portugal e os Portugueses*, Lisboa, Assírio e Alvim, 2008.

<sup>5</sup> Lucien Febvre, *Combates pela História*, Lisboa, Presença, 1989, p. 258.

Homem a água para saciar a sua sede de utopia, esforçando-se por potenciar o desejo, colocando-o ao serviço da fortificação da vontade em ordem a transformar a realidade sombria e sinuosa em avenidas luminosas de esperança, glosando aqui uma expressão de Luís Filipe Barreto.

As correntes profético-messiânicas, de carácter religioso ou político, correspondem em termos genéricos a uma ambição constituinte do homem: conhecer o futuro e cimentar as suas raízes num passado mítico. Dão resposta a um desejo profundamente humano: que o que nos espera seja melhor do que aquilo já conhecemos.

Tanto os tempos de crise e de ruína como os tempos de esforçada restauração e ressurgimento inspiram a construção de utopias<sup>6</sup> e de mitos<sup>7</sup> em ordem a cumprirem objetivos de carácter mobilizador e orientador das consciências coletivas. Objetivos que visam a sustentação psicossocial de uma desejada resistência moral e de fidelidade a valores que as incertezas desses momentos históricos exigem.

É bem elucidativa disto mesmo uma passagem programática da *História do Futuro* de Vieira para justificar o seu esforço de fundamentação do Quinto Império português: “Isto é, pois, o que eu agora lhe quero persuadir e admoestar, e um dos fins principais por que escrevo esta História, para que, pelo conhecimento dos nossos futuros, possam emendar o engano de suas esperanças presentes.”<sup>8</sup>

---

### *Processos de mitificação da ideia de nacionalidade*

---

Com base nos estudos que temos desenvolvido em torno dos processos de mitificação em ordem à estruturação das nacionalidades no plano simbólico e do imaginário, consideramos que uma Nação para o ser de facto e plenamente como *constructo* ideográfico, cultural e plenamente assumido pela consciência coletiva, precisa de ter desenvolvido um longo processo de mitificação de carácter quadridimensional.

Chegámos a esta definição teórica a partir dos nossos estudos culturais de caso em torno da nação portuguesa, comparando-a com as culturas de outras nacionalidades e regionalidades europeias.

A identidade nacional portuguesa é, pois, cimentada historicamente através de um processo quadridimensional de mitificação:

- *mitificação das origens* do Reino de Portugal;
- *engrandecimento das suas gestas* bélicas e das suas viagens marítimas de descobrimento e expansão, configurando uma história épica;

---

<sup>6</sup>Sobre a problemática da utopia cf. v.g.: Ernst Bloch, *Geist der utopie*; Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1985; Paul Ricoeur, *Ideologia e utopia*, Lisboa, Edições 70, 1991; e Jusi Szacki, *As utopias ou a Felicidade Imaginária*, Rio de Janeiro, s.n. 1972; Hillel Schwartz, *Os finais de século: Lenda, mito, história, de 990 ao ano 2000*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.

<sup>7</sup>Mitos com funções explicativas e justificativas dos acontecimentos presentes, através do repensar das origens da realidade em causa, como define Burke: “A mythe is a symbolic story told about characters who are larger (or blacker, or whiter) than life; a story with a moral, and in particular a story about the past which is told in order to explain or justifies some present state of affairs.” Peter Burke, *The Renaissance*, 2ª ed., London, Macmillan Press, Ltd., 1997, p. 2.

<sup>8</sup>António Veira, *História do Futuro*, 2.ª ed., Intr. e notas por Maria Leonor C. Buescu, Lisboa, INCM, 1992, p. 47.

- *glorificação da idade de ouro* e da nova era da humanidade criada (a era da proto-globalização); e
- *idealização de um destino grandioso*, apoteótico que cumpriria em plenitude a missão atribuída divinamente a Portugal, missão esta sempre sentida como estando inconclusa.

Homens de letras e de ciências, entre os quais se contam historiadores, poetas, cientistas e matemáticos, engenheiros navais, geógrafos, gramáticos, teólogos e pregadores formaram a elite pensante que operou a tecelagem cultural de uma ideia de Portugal como “nação superior”.<sup>9</sup>

Esta nação estaria destinada desde as suas origens divinamente estabelecidas, conforme consenso dos intelectuais do profetismo nacionalizante, para, guiada providencialmente pelos céus, realizar uma missão única no mundo.

O carácter distinto, em termos identitários, atribuído a Portugal entre as nações da Cristandade europeia decorre de uma interpretação superlativa das realizações inéditas operadas no decurso da empresa política, económica e religiosa da expansão portuguesa para além das fronteiras europeias.

Portugal é entendido, neste processo de mitificação, como luz das nações, farol-vanguarda da Europa cristã, luz do mundo (*lux mundi*).

Portugal é ideografado messianicamente no momento charneira da Modernidade (século XVI), de facto, como um país perfilado distintamente pela erudição dos pensadores da identidade portuguesa como Reino Singular da História, como a estrela maior das nações da Europa para iluminar o mundo<sup>10</sup>.

Os poetas engrandecem-lhe o império marítimo como o primeiro império da modernidade e o maior de toda a história, superando todos os impérios antigos em dimensão, ciência e diversidade de povos e culturas abrangidas na sua alçada de reunião política<sup>11</sup>. Era o primeiro império verdadeiramente global, pois abraçava o Oriente e o Ocidente ligando todo o orbe terrestre, império “onde o sol nunca se punha”.<sup>12</sup>

Historiadores, como Fernando Oliveira e depois mormente os historiógrafos alcobacences ampliam-lhe a antiguidade e a longevidade histórica de Portugal, fazendo remontar a sua historiogénese e sociogénese aos tempos primordiais dos patriarcas da Bíblia<sup>13</sup>. Esses tecelões da história procuravam fazer coincidir a história de Portugal com a proto-história genesíaca dos povos e das nações narrada pelo Génesis, conferindo-lhe fundação em direito divino.

Os humanistas, sábios teórico-práticos, fazem da ciência portuguesa a mais avançada, aproveitando do saber de experiência feito que permitiu rever e corrigir a ciência antiga<sup>14</sup>.

Os filólogos afinam a Língua Portuguesa e defendem as suas possibilidades de ocupar o estatuto que o Latim desempenhava enquanto língua imperial e tornar-se um

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> Cf. Idem, *Portugal: Ser e Representação*, Lisboa, Difel, 1997.

<sup>11</sup> Cf. António José Saraiva, “Introdução”, in *Os Lusíadas de Luís de Camões*, Porto, 1978, pp. 9-48.

<sup>12</sup> Cf. Jorge Nascimento Rodrigues e Tesselano Devezas, *Portugal Pioneiro da Globalização*, Lisboa, Centro Atlântico, 2007.

<sup>13</sup> Cf. Fernando Oliveira, *História de Portugal*, in José Eduardo Franco, *O mito de Portugal: A primeira História de Portugal e a sua função política*, Lisboa, Roma Editora, 2000.

<sup>14</sup> Luís Filipe Barreto, *Portugal, Mensageiro do Mundo Renascentista. Problemas da Cultura dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Quetzal, 1989, passim.

dos instrumentos fundamentais da tecelagem cultural e comunicacional do império que viesse a garantir a sua perenidade humana<sup>15</sup>.

Na viragem para o século de Seiscentos, teólogos, pregadores e profetas em casamento íntimo com os historiadores, concentrando muitas vezes estas funções num mesmo autor, acentuam o percurso místico da história portuguesa<sup>16</sup>.

Apontam um destino utópico para a nação portuguesa, um futuro de plenificação da sua missão considerada não concluída<sup>17</sup> e que seria realizada sob a liderança e protagonismo de um Rei Restaurador, um D. Sebastião *redivivus* ou um *alter Sebastianus*, configurando-se nesta elaboração profetizante a especificidade característica do messianismo nacionalizante português: o *Sebastianismo*.

Neste contexto, fixemos a nossa atenção no discurso nacionalizante de que está eivado a obra pioneira do humanista Fernando Oliveira, cuja ideografia de Portugal consideramos paradigmática no quadro da nossa análise.

---

**B**reve excurso sobre o trajeto do humanista  
FERNANDO OLIVEIRA

---

Injustamente esquecido, talvez devido ao seu espírito crítico avançado, Oliveira deveria merecer estudos e divulgação mais atenta, como bem têm advogado destacados estudiosos da vida e obra deste humanista, desde o seu primeiro biógrafo Henrique Lopes de Mendonça, passando por Luís de Albuquerque, que cognominou Fernão de Oliveira de humanista “genial, aventureiro e insubmisso”, Paulo Teyssier que chamou a atenção para obras esquecidas que mereceriam mais atenção dos historiadores até Francisco Contente Domingues, seu especialista maior da obra náutica, e mais recentemente Ernesto Rodrigues que revisitou o seu percurso pela via ficcional n’ *O Romance do Gramático*.

Na verdade, a biografia de Oliveira permanece, pois, marcada por linhas de percursos intermitentes que não permitem uma reconstituição total.

A documentação que chegou até nós não nos permite fixar com toda a certeza e precisão a data do seu nascimento e morte. Mas sabe-se o suficiente para perceber que foi uma vida plenamente vivida, uma vida marcada por dramas, por ousadias que pagou caro, por oportunidades aproveitadas e apostas ora certas ora perdidas. Para alguns nascido em Aveiro, segundo outros em Pedrógão Grande, formou-se no Convento de São Domingos em Évora, de onde se evadiu para Espanha, por indisciplina, nos princípios dos anos 30 do século XVI. Passados poucos anos, vemos a sua vida a decorrer novamente em Portugal, intercalando com algumas saídas marcantes para o estrangeiro. Em Portugal foi perceptor de filhos de casas nobres, como a do Barão de Alvito e a de João de Barros. Especializando-se em ciências náuticas, foi piloto ao serviço de armadas portuguesas

---

<sup>15</sup> Cf. Fernando Oliveira, *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Introd. e Notas por M. L. C. Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975; e ver Buescu, Maria Leonor Carvalhão, *Babel ou a Rutura do Signo. A Gramática ou os Gramáticos portugueses do século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

<sup>16</sup> Cf. João Francisco Marques, “A utopia do *Quinto Império* nos pregadores da Restauração”, in ‘*Quinto Impero’ attualità del pensiero di Antonio Vieira*, sj, a cura di Pierangelo Catalano, Sassari, ASSLA, 2000, pp. 163-198.

<sup>17</sup> Cf. Pedro Calafate (dir.), *História do pensamento filosófico em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Caminho, 2001.

e francesas, entre estas, a armada do francês Saint-Blancard. Neste contexto, experimentou guerras nos mares perigosos do Norte do Atlântico e do Norte de África. Há indícios de que terá servido o Rei D. João III em missões de espionagem na Península Itálica. Conviveu e serviu um ano na corte de Henrique VIII, onde bebeu ideias revolucionárias que o levaram a professar, enquanto padre que era, ideias consideradas perigosas (erasmismo, crítica ao escravagismo e ao estado decadente da Igreja e das Ordens...) para uma sociedade cada vez mais vigiada pela Inquisição. De facto, foi preso e condenado por duas vezes pelo Santo Ofício, traído por pretensos amigos e antigos professores, como André de Resende, e ajudado por quem cedia, ou compreendia, os argumentos das suas razões poderosas: o Cardeal D. Henrique.

Fernão de Oliveira foi o nome com que assinou a sua primeira obra, em 1536, e Fernando Oliveira (grafia modernizada do nome anterior, que ilustra a língua em evolução modernizante), foi o nome moderno que passou a usar para dar autoria às obra que se lhe seguiram.

Extremamente significativo é ter escrito um conjunto de obras em Língua Portuguesa registadas como pioneiras na produção de conhecimento nas áreas de saber em que se inscrevem.

Antecipando-se em 4 anos a João de Barros, cujos filhos ensinou, edita a primeira *Gramática da Linguagem Portuguesa* em 1536, onde defende a importância da codificação gramatical da nossa língua para efeito de ensino e de consolidação da rede imperial resultante do processo de expansão portuguesa. Nessa primeira obra gramatical defende a qualidade do português como grande língua moderna, capaz de substituir o Latim e ser capaz de império, isto é, ser veículo de cultura e de afetos que fariam mais pela perpetuação da presença portuguesa em muitos cantos do mundo do as mais diversas estruturas administrativas ou coações militares. Na gramática primeira da nossa língua, Oliveira reflete modernamente sobre o poder das línguas para construir identidades e marcar domínios.

Duas décadas depois, Oliveira dá ao prelo em 1555 uma obra com ciência estratégica para a política imperial ultramarina portuguesa: uma *Arte da Guerra do Mar*. O humanista, afirmou-se ao longo do seu percurso intelectual, como modelo de sábio renascentista, desenvolvendo várias competências e dominando vários saberes. Tornou-se, com efeito, desde os anos 40 século XVI piloto de navegação, arte e ciência em que se viria a revelar especialista muito requisitado por várias cortes europeias numa época em que a marinharia era a área de saber que garantia o sucesso dos emergentes império marítimos da Europa. Embora a *Arte da Guerra do Mar* vise estabelecer um conhecimento sobre matérias atinentes à navegação e à arte da guerra em território líquido, o autor não se coíbe de tecer considerações várias sobre temas sensíveis que vão desde a forma como Portugal gere o seu império e as oportunidades de negócios, a críticas a visões atávicas até à delicada questão da prática da escravatura pelos reinos cristãos. Revela-se nesta obra um crítico implacável da escravatura, considerando-a liminarmente como inaceitável e injustificável como prática de cristãos. Oliveira torna-se assim, em Portugal, o primeiro crítico radical do escravagismo. Estas e outras ousadas crítica que chocavam de frente com aquilo que era politicamente correto na época valeram-lhe uma segunda condenação e encerramento nos cárceres do Santo Ofício.

Na linha deste saber acumulado pela experiência e pelo estudo, Oliveira escreverá duas décadas depois um espécie de manual de construção de barcos para a grande

navegação. Merece, pois, destaque o *Livro da Fábrica das Naus* que permaneceu manuscrito até ao século XIX. Sendo trazida a lume, pela primeira vez, pelo Capitão da Armada Henrique Lopes de Mendonça e, recentemente, estudado de forma exímia por Francisco Contente Domingues, aquela obra constitui um extraordinário exemplo de escrita clara, sóbria, e de profissão de um saber aberto com desejo manifesto de fixar conhecimento para ser transmitido às novas gerações, alargando escola e garantindo o desenvolvimento da ciência.

A relevante ciência náutica de Oliveira vai também ser estabelecida por ele numa obra de referência escrita na língua europeia de circulação internacional, o Latim, com o título *Ars Nautica*. Redigida no final da década de 60, esta obra viria a celebrar Oliveira entre os especialistas em Marinharia e ainda hoje aguarda por uma tradução e edição completa, pese embora já tenha sido objeto de alguns estudos.

Por fim, Oliveira coroa o seu elenco de obras pioneiras com a escrita de uma *História de Portugal*. Trata-se da primeira História assim nomeada, e faz a passagem da corrente cronística para a moderna corrente historiográfica. No manuscrito que chegou até nós - um original guardado ainda em fase de correção pelo autor - observa-se, de forma flagrante, as marcas desta transição. Primeiro tinha escrito “Crónica de Portugal”, designação que surge riscada, optando depois o autor por colocar sobre ela o título mais moderno de “História de Portugal”.

Esta história primeira, de que não fala J. Veríssimo Serrão na sua clássica *Historiografia Portuguesa*, jazia em versão manuscrita, pouco conhecida, no *Fonds Portugais* da Biblioteca Nacional de Paris. O Códice não datado reúne documentos inacabados de uma história em construção: primeiro, o rascunho a que Oliveira deu o título *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal*, escrito provavelmente ainda durante o reinado do Cardeal D. Henrique, e, em segundo lugar, a História, que recompõe apreciações, juízos e perspetivas adaptadas à evolução dos acontecimentos a partir de 1580.

A sua História dá conta de um Portugal que perdera a independência, condição que o autor temia efetivar-se já ao redigir o *Livro da Antiguidade...*, onde manifesta ser adepto da corrente favorável a um “rei natural” português, que pudesse ser “eleito”, ou seja, aclamado pelo povo.

A *História de Portugal* é uma obra escrita em contexto de crise e de consciência de perda, de perda da independência, revelando-se, por excelência, uma obra marcada por um discurso nacionalizante que procura firmar identidade, fundar o espírito de resistência e assegurar que a experiência de ruína do presente não é o decreto do fim, mas um interregno, uma espécie de exílio necessário, findo o qual brotará um novo começo.

---

### *Portugal como projeto de nação singular*

---

Oliveira estabelece uma visão global da história do reino, à luz de um ideário de interpretação da trajetória de Portugal, no quadro da caminhada da humanidade no tempo, e da Europa cristã em particular. Pretende-se intervir no presente, usando a história como arma para tomar posição sobre as várias saídas em equação, na falta de um sucessor consensual ao trono, em conformidade com o direito sucessório

hereditário em vigor. Sabe-se o resultado deste pleito. D. Filipe II entendia ter créditos que lhe davam direito ao trono de Portugal, devido ao jogo de xadrez da política matrimonial entre as duas coroas, o qual possibilitou a Castela fazer mais uma vez xeque-mate ao reino lusitano, como já tinha acontecido na Revolução de 1383-85. Porém, nesse agitado século XIV, o duelo peninsular teve um desfecho diferente, graças à vitória portuguesa em Aljubarrota.

Enquanto no final do Século de Quinhentos, Filipe II, não só herdou, como teve de conquistar Portugal contra as hostes afetas ao partido de D. António, subindo ao trono a 16 de abril de 1581 perante as Cortes reunidas em Tomar.

Para demonstrar que a integração de Portugal no império de Castela não será definitiva Oliveira recorre a uma leitura mitificante de longuíssima duração que se insere, na linha da história nacionalizante em voga nos diferentes reinos da Europa moderna, no tipo de discurso característico do chamado “mercado das nacionalidades” em que se disputava supremacias entre os emergentes estados da Europa.

Conta, para tal, a história portuguesa desde origens remotíssimas, a partir dos tempos patriarcais bíblicos, mais precisamente desde os tempos pós-diluvianos, com base na história dos primórdios da humanidade estabelecida no primeiro livro do Pentateuco<sup>18</sup>.

Tecendo uma narrativa mítica, conta que Tubal, neto de Noé, teria sido o primeiro povoador de Portugal, aportando em Setúbal e daí promovendo o povoamento do Ocidente. A fundação do reino por “vontade divina” nestes tempos bíblicos da segunda idade de renovação do mundo foi marcada por reinados sucessivos e perdas de linhas de sucessão, devido a invasões de povos estrangeiros (gregos, romanos, árabes...), que, no entanto, não anularam o poder e a vontade do povo de se manter livre, resistindo numa porção de território português, imune às tentativas de subjugação total.

Na sequência de uma longa história contada de modo maravilhoso, em que vemos o povo português correr o risco de perder a capacidade de liberdade e autonomia, Deus teria suscitado a ascensão de um rei restaurador. Por isso, esta história mítica, e apócrifa, porque fora do cânone estabelecido e vulgarizado da história de Portugal, afirma que seria uma “impostura” dizer que D. Afonso Henriques foi o primeiro Rei de Portugal. Ele teria antes sido o Rei Restaurador de uma herança de povo livre e nobre com uma antiguidade que tinha primazia sobre os outros povos da Cristandade, nomeadamente em relação a Castela, chamada, nas suas origens, de “Bardúlia”.

Ora, nesta impressionante narrativa mítica, pode ler-se, nas entrelinhas, onde Oliveira queria chegar.

Assim escreve, no calor dos acontecimentos, a primeira obra que denominamos de “cultura de resistência” produzida sob os Filipes.

Estamos, portanto, perante uma obra proto-sebastianista, que anuncia os fundamentos da corrente nacionalizante desenvolvida sob o reinado espanhol. Uma corrente que tem, com efeito, ampla expressão na produção escrita de obras de história, de literatura, de poesia, de parenética, de geografia e gramaticologia.

A mensagem é simples e profética. A exemplo do longo passado de Portugal, fundado em direito divino e destinado a fazer uma caminhada longa e dramática, por

<sup>18</sup> Cf. José Eduardo Franco, *O Mito de Portugal*, *op. cit.*

analogia com a história do povo bíblico de Israel, uma história que tem em vista grandes realizações, resistindo a todas as tentativas de anulação, o povo de Portugal, mesmo dominado, resiste; e Deus, quando o domínio estrangeiro se torna extremo, manda sempre um rei restaurador.

Assim, em 1581, Oliveira, através desta história, anuncia a convicção do renascimento de um Portugal autónomo que acontecerá, de facto mais tarde, sessenta anos depois, em 1640. A ideia patenteada do envio pelos Céus de um Rei Restaurador aclamado pelo povo, que é quem detém o verdadeiro poder divino delegado no soberano que governa em seu nome, é um dos vetores ideográficos estruturantes do sebastianismo, que viria a emergir como corrente poucos anos depois. Sendo uma história do passado, está mais interessada, todavia, no futuro, uma vez que tem a finalidade de acalantar no povo o sentimento de esperança e de resistência.

A História é escrita à maneira do estilo sóbrio e incisivo de Oliveira, que visa, em jeito de disputa, defender a sua perspectiva do percurso de um povo ao longo de um recorte temporal longo que se articula com a visão do tempo próprio da soteriologia judaico-cristã.

Por isso, Oliveira elege no seu edifício argumentativo os autores da sua afeição que permitem corroborar a sua posição e toma como alvo os chamados autores oponentes, sejam nomeados ou não nomeados, que desautoriza e, até, em alguns casos, ridiculariza.

Um deles, que cumpre destacar, é o cronista espanhol Esteban de Garibay y Zamaloa, que tinha escrito, no início da década de 70 daquele século, os então célebres *Los XL libros del Compendio Historial de las Chronicas y Universal Historia de todos los Reynos de España*. Em dois volumes monumentais tinha procurado destacar a primazia de Castela sobre todos os outros reinos, contando a história do Reino vizinho desde Adão e Eva. Em grande medida, a *História de Portugal* de Oliveira tem em mira rebater esta obra em toda a linha de modo a fazer desabar a sua pretensão de advogar a primazia do Reino de Castela sobre todos os outros reinos da Península, em particular, e da Cristandade em geral.

Apesar da importância da *História de Portugal* deste humanista, importa reter que o pensamento paradigmático de Oliveira para a construção da identidade portuguesa proto-nacional está espreado não só na obra historiográfica, mas também nas suas obras pioneiras, no quadro da História da Cultura Portuguesa: a primeira gramática (1536), o primeiro livro de estratégia de guerra no mar (*Arte da Guerra do Mar*, 1555) e nos outros decorrentes dois livros de ciências náuticas: *Ars Nautica* e *Livro da Fábrica das Naus*.

No entanto, é na sua primeira e última obra, a obra gramatical e a obra historiográfica, que se desenha de forma mais ampla o seu ideário nacionalizante.

Cumpre-nos realçar que Gramática, Ciências náuticas e história apresentam-se como produções paradigmáticas do saber humanista português de perspectiva interdisciplinar, orientado para revelar e ensinar conhecimento novo, mas também para relevar o papel dos portugueses na construção de uma mundividência nova no âmbito das realizações expansionistas marítimas e terrestres, cumprindo uma história que se cria ser providencialmente guiada pelos Céus, com base na qual se distinguia Portugal como povo, como reino e como proto-nação na hierarquia dos reinos cristãos e dos povos do mundo.

Subjaz em todas as obras deste autor representativo que é Fernando Oliveira uma verdadeira apologia de Portugal, uma ideia de um Portugal cada vez mais como

conceito abstraído da vinculação a um dado regime, através da designação cristalizada de “Reino”, que, se ainda subsiste no discurso, se vai pouco a pouco diferenciando como ideia autónoma, a ideia de Portugal.

Se Camões foi o poeta por excelência da identidade portuguesa que estabelece a sua matriz no grande poema que cristalizou a glorificação, mas também elencou os problemas de Portugal, Oliveira pode ser apresentado como um cantor de Portugal em prosa, unindo gramática, ciências náuticas e história, para exaltar Portugal como nação superior que em quase tudo teria superado os povos-paradigma da Antiguidade Clássica.

As suas realizações epicamente exaltadas, a sua idade de ouro recortada como a mais lustrosa de todos os impérios, porque assente num domínio globalizante, dão-lhe fundo e fôlego para estabelecer solidamente um novo império cultural, religioso e linguístico.

Através do estudo orientado de passagens selecionadas das suas diferentes obras, podemos observar até que ponto este autor da escola experiencialista teórico-prática do humanismo acaba também por servir o processo de construção de uma ideia de Portugal como nação superior, capaz de império e do maior império de sempre da humanidade. Por isso, veremos Oliveira a defender na *Gramática* a afirmação, de pleno direito, da língua portuguesa como língua moderna capaz de império e de superar o mito da língua latina como a mais perfeita. O investimento na codificação gramatical humanista tinha o fito de fazer da nossa língua vernácula uma língua universalmente respeitada, digna de ser veículo da evangelização, da comunicação da palavra divina.

Assim como aconteceu com os autores coevos da escola humanista, Oliveira glorifica, enaltecendo a língua, a grandeza do carácter do povo português. Esta afirmação é feita pelo recurso à mitificação de sinal contrário, que denominamos de “pontos de negação” da identidade portuguesa, neste caso, o estrangeiro que se torna oponente: o Castelhana ao lado do Mouro e, antes ainda, do Romano, entre outros. De modo mais contundente, o Castelhana é representado de forma estereotipada como uma ameaça permanente, congénita à nossa existência autónoma, para efeitos de afirmação do valor da condição portuguesa. Configura-se, pois, uma imagem negativa dos castelhanos e de outros povos estrangeiros dominadores, como os romanos e os árabes. No entanto, o anticastelhanismo será, na obra deste autor, o negativo mais relevado para contrastar o valor superiorizante dos traços da identidade portuguesa estabelecidos por Oliveira: mais antiguidade, mais nobreza, mais liberdade indomável, mais grandeza de missão.

Se no século XVI Oliveira é bem representativo de um escol de autores que configuraram grandes linhas de afirmação do complexo mítico de uma cultura nacionalizante em Portugal, no século seguinte, o pensamento de uma figura de grande estatura intelectual vai representar a síntese e o fechar do círculo fundamental deste esquema mítico definido por nós.

Referimo-nos ao Padre António Vieira que no século de Seiscentos se destaca no tempo crucial da restauração da independência de Portugal, como o herdeiro e o representante qualificado do escol de pensadores da ideia da nação, ao lado de outros que então se afirmam, como é o caso do seu contemporâneo Sebastião de Paiva.

Vieira juntamente com os outros intelectuais situados na corrente do sebastianismo ortodoxo ou no heterodoxo são os homens da hora que se destacam com a sua

hermenêutica profética e assumem a função tecelões da identidade portuguesa recorrendo às possibilidades do imaginário para reforçar, no plano da psicologia coletiva, a consciência de Portugal enquanto comunidade nacional de destino para superar as graves dificuldades do momento presente e levar a cabo a empresa de defesa da nova afirmação de Portugal na Europa e no Mundo.

---

*Relembrando alguns aspetos do percurso  
de ANTÓNIO VIEIRA*

---

Nascido em Lisboa junto à Sé, ponto nevrálgico da vida religiosa e social da capital portuguesa, Vieira vê-se obrigado em 1614 a viajar para o Brasil a fim de acompanhar a família que se foi juntar ao pai que tinha sido destacado para exercer funções de escrivão na Alfândega da Baía. É naquela capital da colónia brasileira que terá a oportunidade de ingressar no Colégio dos Jesuítas e fazer todo o percurso formativo para se tornar padre daquela que era considerada a ordem mais universalista da Igreja Católica.

A Companhia de Jesus criou na modernidade um modelo de colégio e multiplicou-o numa rede que ultrapassou as fronteiras europeias. Em quase todos os palcos do globo onde os Jesuítas desenvolveram e consolidaram atividade missionária fizeram acompanhar a sua presença religiosa organizada com a edificação de instituições educativas. O colégio jesuíta e o seu ideário pedagógico uniformizado por um método testado no terreno e depois aprovado superiormente no final do século XVI com o nome de *Ratio Studiorum* foi reproduzido planetariamente ao sabor da expansão da atividade proselitista da Ordem de Santo Inácio. O investimento poderoso no ensino fazia parte integrante da sua estratégia de evangelização assente na aposta numa formação intelectual qualificada. O modelo de colégio jesuíta constitui a primeira e mais extensa experiência de globalização pedagógica conhecida desde a modernidade. A rede de colégios criados em Portugal e no mundo entre os séculos XVI e XVIII representa uma parte importante desse fenómeno extraordinário de globalização de um modelo pedagógico standardizado. Charles Boxer, historiador inglês da Expansão Portuguesa, verá, de facto, na Companhia de Jesus uma espécie de multinacional moderna que antecipou em orgânica e métodos de gestão conceitos que guiam as empresas multinacionais contemporâneas.

Vieira acaba por tornar-se, num contexto luso-brasileiro, uma figura emblemática daquela marca distintiva dos membros da Companhia de Jesus, enquanto ordem de circulação e atuação global. De facto, este pregador barroco identifica-se com o modelo definido por Chris Lowney no seu curioso livro sobre a história da Companhia de Jesus escrita à luz das categorias linguísticas e conceptuais do universo epistemológico da Gestão e da Economia contemporâneas: “Os Jesuítas abraçavam o mundo; inseriam-se na vida quotidiana, viviam nas cidades e centros culturais, viajavam e trabalhavam com as populações”<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup>Chris Lowney, *Liderança heroica*, Lisboa, Verbo, 2006, p. 134.

Com efeito, a Companhia de Jesus imprime, na modernidade, uma forte e decidida viragem na vida monástica clássica, já encetada na Baixa Idade Média pelas Ordens Mendicantes de que é herdeira. Em vez da medieval e beneditina *fuga mundi*, os Jesuítas apostaram fortemente na *vita in mundo*. Nestes e noutros aspetos, a Ordem de Loyola revela-se bem moderna e adequada aos desafios impostos à Igreja pela abertura globalizante da vida humana no planeta Terra.<sup>20</sup>

Foi, de facto, num dos colégios mais importantes dos Jesuítas que Vieira se forma e se revela como um excelente senhor da Palavra, subindo, com grande sucesso, às tribunas do tempo que eram os púlpitos da Igrejas. Torna-se um mestre da palavra e um *opinion maker* da sua época, no dizer da nossa gíria jornalística atual.

---

### *Ideias de Portugal e a síntese de Vieira*

---

Fundando-se na autoridade de Bandarra, o Padre António Vieira vai tornar-se o expoente maior do Sebastianismo heterodoxo no processo de legitimação e reforço da independência restaurada em 1640.

O profetismo de caráter sebastiânico elabora-se no contexto dramático de crise nacional do período da pós-restauração. Toda uma literatura político-profética (desde tratados a sermões) é forjada por espíritos brilhantes para fazer a disquisição profético-erudita em ordem a fazer crer que a restauração não era mais do que a realização das profecias<sup>21</sup>.

O padre António Vieira, torna-se então o mais altissonante teorizador do profetismo português, defende a legitimidade desta esperança com base nos feitos auspiciosos realizados pelos portugueses nas viagens marítimas.

Assim canta na sua *História do Futuro*: “Portentosas foram antigamente, aquelas façanhas, ó portugueses, com que descobristes novos mares e novas terras, e destes a conhecer o Mundo ao Mundo. Assim como líeis então aquelas vossas histórias, lede agora esta minha, que é também vossa. Vós descobristes ao mundo o que ele era, e eu vos descobro a Vós o que haveis de ser. Em nada é segundo e menor este meu descobrimento, senão maior em tudo. Maior cabo, maior esperança, maior império.”<sup>22</sup>

Os portugueses eram considerados por Vieira como os criadores da universalidade. À luz da sua visão providencialista da história de Portugal e do mundo, o grande pregador acreditava que Portugal era um instrumento privilegiado dos desígnios de Deus.

Nas suas obras proféticas, nomeadamente na *História do Futuro e na Clavis Prophetarum*, o jesuíta lança as bases para construção da sua grande utopia profética de cariz milenarista: o Quinto Império.

Anuncia mil anos de fé, de paz e de felicidade sob um regime teocrático inspirado no modelo de cristandade, em que o rei português e o Papa de Roma assumiriam o governo do império universal, nas suas competências temporais e espirituais

---

<sup>20</sup> Cf. José Eduardo Franco, *O mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente*, Vol. I, Lisboa, Gradiva, 2006, capítulo I.

<sup>21</sup> Sobre o assunto ver o estudo de Paulo Alexandre Esteves Borges, *A plenificação da História em Padre António Vieira. Estudo sobre a Ideia de Quinto Império na Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*, Lisboa, IN-CM, 1995.

<sup>22</sup> Cf. António Vieira, *Op. cit.* Ver também o nosso estudo: José Eduardo Franco, “Teologia e utopia em António Vieira”, in *Lusitania Sacra*, Vol. 11, 1999, pp. 153-245.

sabiamente conciliadas. No projeto quinto-imperialista vieiriano coexistem duas universalidades que são distintas, embora estando perfeitamente interligadas: a universalidade de Portugal e a universalidade do Cristianismo de confissão Católica<sup>23</sup>.

Tanto nos sermões político-identitários, como nas obras proféticas ou ainda em alguns textos das sua vasta correspondência, Vieira revisita a história de Portugal, com realce para os momentos e acontecimentos mitificados pelos discursos nacionalizantes que herda, destacando as origens luminosas do reino de Portugal e a sua fundação em direito divino, a gestas heroicas da reconquista e da construção do império através das grandes navegações e a assunção de uma Idade de ouro brilhante interrompida abruptamente em 1580 no decurso do processo português de construção da universalidade do cristianismo.

Em certo sentido, Vieira como grande tecelão da identidade portuguesa, e explorando o seu estatuto de pregador, acaba por operar a síntese da ideia identitária de Portugal elaborada no século anterior, mas direcionando-a agora para a construção mítica da quarta dimensão mitificante da identidade nacional: a visão utópica da missão e da história futura do reino.

A perspetiva deste jesuíta diverge, nomeadamente, do seu contemporâneo da Ordem dos Trinitários, Frei Sebastião de Paiva, atualizando o sebastianismo anterior e criando uma corrente que designamos de Sebastianismo heterodoxo, na medida em que transfere a esperança no regresso do Rei D. Sebastião em pessoa, para um *alter sebastianus*, um rei restaurador. Esta reprojecção da esperança messiânica é centrada primeiramente no Rei D. João IV, expectativa depois transferida para os seus sucessores no trono de Portugal.

Vieira e outros muitos autores do período da Restauração usaram o seu magistério intelectual para a criação de um horizonte imaginário mobilizador, recorrendo às virtualidades da utopia para intervir na história presente, utilizando a força do mito em ordem a sobrecompensar psicologicamente o ânimo coletivo e a reforçá-lo para enfrentar os desafios que se apresentavam dramaticamente à sobrevivência de Portugal como país capaz de guiar os seus próprios destinos.

Neste período cultural, Portugal foi imaginado e propugnado como nunca, tendo por pano de fundo a ideia de história providencialista judeo-cristã e do povo eleito do Velho Testamento. Aqui se consolida um traço estruturante da cultura identitária portuguesa que permite confirmar aquela asserção de Manuel Clemente, na sua obra sobre *Portugal e os Portugueses*, segundo a qual Portugal seria uma espécie de povo bíblico: "Digo, por isso, que a relação que mantemos com Portugal é, fundamentalmente, bíblica. Olhamos para Portugal como uma personalidade coletiva portadora de uma alma, no sentido romântico do termo, ainda que referido a algo anterior ao Romantismo. E a relação que mantemos com esse gostoso e custoso coletivo vem na esteira de um outro povo, que se descobriu eleito e portador de uma missão universal".<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Cumpre aqui salientar que o profetismo quinto-imperialista Vieiriano sofreu uma evolução. Na última fase da sua vida em que António Vieira regressou ao Brasil e se tornou Visitador Apostólico das missões dos Jesuítas, o pregador reconfigura a sua utopia. Cf. Pe. António Vieira, *Clavis prophetaum: Chave dos profetas*, Livro III, Tradução e edição crítica de Arnaldo Espírito Santo, Lisboa, BN, 2000. Para um estudo sobre esta evolução da formulação utópica deste pregador jesuíta ver António Lopes, s.j., *Vieira, o encoberto: 74 anos de evolução da sua Utopia*, Cascais, Principia, 1999.

<sup>24</sup> Manuel Clemente, *Op.cit.*, p. 10.

De facto, a Sagrada Escritura era tomada não só como contendo uma verdade religiosa lida de maneira diversa por Judeus, Cristãos e Islâmicos, mas também como credora de um conhecimento histórico fundamental sobre a historiogénese e a sociogénese dos povos e das nações; e, ao mesmo tempo, conteria, segundo os hermeneutas profetistas como Vieira, de forma prefigurada, um mapa de conhecimento sobre o futuro. Será pertinente demonstrar, pois, como uma autêntica ideografia biblista alicerça toda a fundamentação da identidade mitificante de uma ideia de nação portuguesa.

Esta encontra no texto sagrado os principais vetores ideográficos e o respaldo legitimador.

No processo de estabelecimento de uma ideografia mítica nacionalizante opera-se plenamente um novo encantamento não só da história do Portugal passado, mas também do seu horizonte de futuro.

As três dimensões estruturantes da identidade nacional portuguesa amplamente mitificadas no século XVI - as origens remotíssimas do reino, as gestas épicas e a idade de ouro que marca a realização da grande missão portuguesa que fica incumprida com a perda da independência em 1580 - são reafirmadas e plasmadas para, precisamente, fazerem brotar a quarta dimensão, a da utopia, a da apoteose da história.

O Quinto Império é, pois, a quarta dimensão da identidade nacional mitificada em perspetivação utópica.

Cumpre-nos lembrar que a elaboração de utopias para legitimar pretensões imperiais foi um dos aspetos muito significativos da Época Moderna europeia em termos político-culturais. Os séculos XVI e XVII foram os séculos da afirmação das nacionalidades europeias em maré contrária à fragmentação sociopolítica do feudalismo medieval.

No chamado *mercado das nacionalidades*<sup>25</sup> que então se configurou culturalmente, entendido como espaço/ambiente de disputa da afirmação de umas nacionalidades em relação a outras (em concorrência muitas vezes conflitual) em termos de importância e de primazia, ganhou relevo um vetor mobilizador desse processo de afirmação: aquilo

<sup>25</sup> É especialmente a partir do século XVI que se desenvolve uma espécie de *mercado europeu* dos imaginários nacionais ou das mitologias nacionais. A partir da historiografia pode-se escarpelizar e distinguir uma tipologia dos mitos das origens das nações que, nessa época, foram delineados com grande envergadura nos círculos culturais da maioria dos países europeus, de que se conhece exemplos comparativamente interessantes, particularmente na Espanha, na França, na Alemanha, nos Países Baixos, na Hungria e na Rússia. Os estados e os reinos recentes ganham, no dealbar da modernidade, a consciência e a convicção de que têm uma origem muito antiga, inscrita nos primórdios genesíacos da humanidade. Assim sendo, configuram uma idade de ouro que distingue em excelência a primeira idade das nações. Neste processo, estabelece-se uma dicotomia entre esse passado fulgurante e a deprimida história atual. A dicotomia é demarcada pelo otimismo que caracteriza a visão das origens e o pessimismo em face da avaliação das condições do presente. E em todas estas obras historiográficas dos diversos países, a exploração do tema das origens é orientado para fins políticos mais ou menos imediatos. A construção da história é empreendida em vista da apresentação geral do passado dos reinos até à coevidade para sustentar uma ideia de pátria, de povo, de reino e de realeza que colocava disciplinas como a Teologia e o Direito ao serviço da História, e a história ao serviço da política. O seu ideal nobilitante do passado nacional funcionalizava a história na disputa ideológico-nacionalizante da primazia desses reinos em relação aos outros pares da Cristandade, no nosso caso particular, especialmente em relação aos outros reinos da comum Península Ibérica. Radicada nessa visão deslumbrada da história passada, esse mesmo imaginário nacional concebe em quase todos os casos uma missão e um destino especial para o respetivo reino e povo, configurando-se culturalmente em utopias ou horizontes grandiosos de realização coletiva. Cf. Hinnerk Bruhns & André Burguère (Orgs.), *Historiographies et représentations nationales en Europe* (Table Ronde Internationale, 19 de junho de 2000), Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales - Textos Policopiados, 2000.

que Lucien Febvre chamou de “mito do império universal”.<sup>26</sup> Tratava-se, no fundo, da atualização e amplificação, agora a uma escala mais globalizante, do mito/utopia medieval do Império Cristão (e do Imperador dos Últimos Dias) que sonhava impor-se e estender-se no quadro da luta contra os infiéis e todos os opositores/desconhecedores da Fé. Seria a concretização espiritual, mas organizada temporalmente sob uma estrutura sociopolítica que garantisse a totalização universalizante do paradigma social de cristandade.

O passado e o futuro tornam-se, na perspectiva desta ideologia estruturadora da identidade nacional, campos decisivos de estabelecimento de uma geografia do imaginário de forma a lograr intervir e orientar a política do presente.

Esta, mais do que debruçar-se sobre o passado, visa intervir no presente. O mesmo se aplica superlativamente em relação aos utopistas a quem Vieira quis dar o estatuto de *historiadores do futuro*.

Se Donald Kelley designou “obsessão pelo problema das origens”<sup>27</sup> à preocupação de atribuir origens remotíssimas aos reinos europeus, por parte de muitos historiadores da modernidade, poderíamos com propriedade chamar ao intento dos profetas/historiadores que atribuíram destinos gloriosos para esses mesmos reinos, a *obsessão do futuro*.

Passado e futuro são unidos em termos de produção de imagem para legitimar ideologicamente a construção de uma consciência nacional bem definida e estabelecer uma visão de um presente comum enquanto herança e enquanto destino. A ideia da nação portuguesa, à semelhança do que aconteceu com as nações europeias, foi culturalmente elaborada pelo recurso a um processo de mitificação que pretendeu estabelecer-lá como uma realidade unitária, historicamente contínua e etnicamente homogênea.

Este é um dado cultural importante para compreender a Europa das multinacionalidades de hoje, que faz a sua riqueza, mas também os seus problemas muitas vezes explosivos. Como problematiza Patrick J. Geary na obra *O mito das nações*, a formação das nacionalidades europeias do ponto de vista do processo histórico concreto e da realidade construída pelos imaginários ideológicos e mitificantes é uma questão complexa. Os historiadores de hoje têm a obrigação de analisar crítica e distanciadamente aquilo que os historiadores passados, servidores da legitimação de ideários políticos nacionalizantes, fizeram.<sup>28</sup>

Portugal tem sido, ao longo da história da sua cultura, a grande preocupação dos intelectuais portugueses. Raros foram os homens de letras – historiadores, filósofos, romancistas e mesmo pedagogos e artistas –, nascidos em Portugal, que não tivessem feito do seu país objeto relevante das suas reflexões, criações e preocupações intelectuais. Esta poderá ser uma das marcas vocacionais que as culturas identitárias deixam nos seus escritores, ou seja, pensar a cultura de nascimento. Todavia, conhecendo um pouco as culturas do mundo, o caso português é um dos mais eloquentes desta quase obrigatoriedade dos nossos pensadores terem Portugal como o objeto importante, se não mesmo principal, do seu pensamento, da sua preocupação.

Se olharmos para a nossa história, os grandes autores portugueses não se eximiram desta missão quase irrenunciável de realizar uma espécie de magistério interpretativo

<sup>26</sup> Lucien Febvre desenvolve esta ideia na obra *Europa: Gênese de uma civilização*, Lisboa, Teorema, 2001.

<sup>27</sup> Donald R. Kelly, *Foundations of Modern Historical Scholarship. Language, Law, and History in the French Renaissance*. New York/London, Columbia University Press, 1970, p. 302.

<sup>28</sup> Cf. Patrick J. Geary, *O mito das nações: A invenção do nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 2008, p. 162.

do sentido ou dos sentidos da caminhada histórica de um povo chamado português num dado tempo e espaço.

Com efeito, o nosso país, pela sua história longa de sobrevivência, que afirmou há mais de 800 anos um projeto de governo independente dos seus destinos, muitas vezes dispondo de condições dramaticamente frágeis para garantir a sua viabilidade, tem-se tornado objeto estimulante de reflexão quer para os intelectuais portugueses, quer até para não poucos interessados intelectuais estrangeiros.

Esta produção de reflexão sobre nós, que passa por responder às grandes perguntas de sentido (de onde viemos?, porque fomos fundados?, porque existimos e deixámos marcas na história universal? e qual o sentido da nossa caminhada coletiva?) acaba, nas interpelações e nas respostas, por acrescentar em cada tempo algo mais ao “complexo identitário” que se convencionou chamar de nacional.

Cada filósofo, cada escritor, cada historiador, cada cientista, cada artista acrescenta com o seu olhar, por mais crítico e demolidor que seja, uma nuance a essa identidade em cada tempo, fornece-lhe substância, acrescenta-lhe um valor cultural que se rentabiliza como capital de sentido coletivo e de resistência espiritual.

Assim aconteceu na Época Moderna com autores que olhámos de mais perto nesta lição, Oliveira e Vieira, assim continua a acontecer à maneira deste nosso tempo com os historiadores e homens de letras e ciência nossos contemporâneos.

Esta foi e continua a ser a forma nossa mais marcante de produção de cultura e de cultura com marca, com identidade de expressão portuguesa.

